

X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

CIDADANIA E REDES SOCIAIS: RESSIGNIFICAÇÕES DE PERCURSO.

Eliana Povoas Pereira Estrela Brito.

Cita:

Eliana Povoas Pereira Estrela Brito (2013). *CIDADANIA E REDES SOCIAIS: RESSIGNIFICAÇÕES DE PERCURSO*. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-038/700>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

CIDADANIA E REDES SOCIAIS: RESSIGNIFICAÇÕES DE PERCURSO

Palavras – chave: Redes sociais – política – cidadania

Este artigo explora os significados sociais e políticos que vêm sendo produzidos nas redes sociais – facebook – na perspectiva da Democracia Digital. Tomando como ponto de problematização o conceito de cidadania, a investigação realizada questiona as implicações da participação popular para a ampliação da democratização social no Brasil. O universo de pesquisa, constituído pela discursividade produzida nas redes sociais selecionadas, foi trabalhado a partir do entendimento de que os discursos são formas de fixar sentidos sociais que intervêm na realidade. Argumenta-se que os discursos produzidos nestes espaços virtuais constroem, numa só operação, a política brasileira como “corrupta” e o povo brasileiro como “acomodado”. Esta correlação de forças aponta para saídas emancipatórias através das resistências produzidas frente aos significados atribuídos tanto para a arena política, quanto para a população brasileira, levando, potencialmente, a ressignificação da cidadania brasileira.

CITIZENSHIP AND SOCIAL NETWORKS: RESIGNIFYING A JOURNEY

Keywords: Social Networks – Politics – Citizenship

Abstract

This article explores the social and political significations which have been being produced on social networks – Facebook – through the Digital Democracy perspective. Taking the concept of citizenship as a problematic point, the investigation conducted questions the implications of popular participation for the amplification of social democracy in Brazil. The universe of the research, constituted by the discursiveness produced on the selected social networks, was worked on from the understanding that the discourses are ways to establish social meanings that intervene in reality. It’s argued that the discourses produced on those virtual spaces build, in one single operation, the Brazilian Politics as corrupt and its people as apathetic. This correlation of forces points out emancipatory alternatives expressed through the resistances produced against the meanings attributed to both the political arena and the Brazilian population as well. In conclusion, the Brazilian reality, although far away from having consolidated spaces which lead to Digital Democracy, has been undergoing changes in its political culture that benefited from the democratic potentialities made available by the social networks.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de que as diferentes manifestações da sociedade civil e suas atuais dinâmicas de participação e de representação social se dão em um momento de enfraquecimento da credibilidade das instituições representativas e de sinais de esgotamento do Estado como agente provedor de princípios morais e de bens materiais (ALMEIDA, 2011; POLLAK, 2007; REHFELD, 2006; SAWARD, 2005;

CASTIGLIONE e WARREN, 2006; BOHMAN, 1996; GUTMANN e THOMPSON, 2004; YOUNG, 2006; WILLIAMS, 1998; PHILLIPS, 1995), sublinha e justifica a importância política da utilização dos espaços virtuais (portais, blogs, fóruns de discussão, facebook, listas, etc.) como infovias de acesso que vêm transformando os mapas habituais das democracias pela reivindicação de que novas cartografias possam ser traçadas a partir das significações sociais, políticas e econômicas produzidas nesta infindável polifonia eletrônica.

É importante dizer, logo de saída, que não se trata aqui, de levantar a bandeira em prol da chamada democracia digital e da construção da cidadania planetária, e, sim, de reconhecer que, hoje, as mídias eletrônicas, em especial, a internet se tornou o principal meio de produção, circulação e distribuição de informações atravessando os diferentes campos de conhecimento, incluindo aí, a política e o amplo leque de temas que lhe são correlatos.

A reflexão dessas ideias no campo político traz à pauta a rugosa discussão envolvendo a utilização das mídias digitais como espaços abertos para, de forma mais rápida e econômica, estabelecer novas formas de conexões entre a sociedade civil e o Estado e, pelo menos potencialmente, com capacidade de contribuir para o revigoramento dos exercícios de cidadania e consequentes interferências na tomada de decisão política.

De acordo com alguns autores, em alguns casos, essas novas mediações podem vir a propiciar movimentos em que a própria esfera civil tome as decisões até então restritas à esfera política (SAMPAIO, 2011; FUGINI et al, 2005; JAMBEIRO et al, 2008; MARQUES e MIOLA, 2007; PINHO, 2008; SILVA et al, 2009; VAZ, 2008). Tudo isso, leva-nos a crer que não apenas estaríamos a testemunhar recentes

transformações na esfera pública, mas também que os modos de exercer a cidadania estariam sendo modificados.

Assim colocado, o desafio deste trabalho se configura pela possibilidade de investigar como vem sendo construída a cidadania nestes projetos de Democracia Digital e quais são suas implicações para a ampliação da democratização social por meio da participação popular. Pergunta-se: que outras formas de exercícios de cidadania estariam sendo disponibilizada a partir desta “nova” gramática política? Num país, como o Brasil, onde a participação popular é tímida, provavelmente, em consequência das sequelas deixadas pelos regimes autoritários, típicos das ditaduras, quais são as contribuições das mídias digitais, especificamente, as redes sociais “facebook” para o fortalecimento da cidadania?

Em relação à democracia digital existe um expressivo universo de compreensões (SMITH, 2009; ROTHBERG, 2008; CASTELLS, 2003; LEVY, 1999), mas a opção deste artigo foi a de seguir as orientações de GOMES (2011) e trabalhar com a noção de democracia digital considerada a partir do emprego de qualquer dispositivo, ferramentas e aplicativos utilizados “para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da sociedade política” (GOMES, 2011, p. 27-28). No que diz respeito à noção de cidadania, o trabalho se distancia da literatura que a compreende como restrita ao âmbito territorial de um Estado, quase sempre em oposição a outro. Busca operacionalizá-la embasada nos pressupostos presentes nos estudos culturais pós-coloniais compreendendo-a como um processo de aprendizagem que, pela participação em espaços públicos, ela vai paulatinamente sendo construída através da troca de experiências extraídas das singularidades do cotidiano.

Feito estas contextualizações, o corpus de pesquisa, para este trabalho, foi constituído pelos discursos que circulam na rede social “facebookⁱ”. A escolha dos sítios selecionados obedeceu aos seguintes critérios: por meio do Google, duas palavras foram usadas como chaves para o acesso: “facebook” e “cidadania”, colocadas juntas e entre aspas, como forma de excluir outras ocorrências que não remetessem diretamente ao conteúdo procurado. Nesta fase, foram utilizados os critérios apontados por Strickland (2006) no que se refere à categorização das páginas apresentadas pelo Google. São eles: a) a frequência e a localização das palavras-chave dentro da página da Web; b) tempo em que a página está no ar, sendo que o Google valoriza as páginas com maior tempo de permanência; e, c) o número de outras páginas que têm links para a página em questão.

Na sequência, foram analisados os primeiros 50 registros e, deles, foram selecionadas dez redes sociais “facebookⁱⁱ”. Percebeu-se que, apesar de a busca ter mostrado um número expressivo de registros, grande parte deles se repetiam. Outros remetiam a artigos e notícias jornalísticas e, ainda outros, eram sítios portugueses. Considerou-se, ainda o índice de interações e o volume de assinaturas constantes em cada uma das redes sociais analisadas. Todo o material produzido, por cada um dos sítios selecionados, foi considerado como material constituidor do corpus da pesquisa.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente, problematizam-se os conceitos de “democracia digital” e de “cidadania”, buscando inscrevê-los entre as paisagens sociais, econômicas e políticas brasileiras. A seguir, trabalha-se a noção de discurso como ferramenta metodológica utilizada para analisar o corpo discursivo da pesquisa. Dando continuidade a agenda do texto, analisa-se a discursividade produzida nos limites da abrangência do universo desta pesquisa. Para fechar o texto, são apresentadas algumas considerações finais que por não serem

conclusivas, acenam para a necessidade de que novas investigações venham a ser feitas a partir do tema trabalhado.

DEMOCRACIA DIGITAL E CIDADANIA: MAPEANDO POSSIBILIDADES

As relações entre internet e democracia e suas implicações sobre as relações sociais, políticas, econômicas e culturais têm constituído a agenda de pesquisa de um significativo universo de estudos que, a partir de diferentes abordagens conceituais e metodológicas, buscam elementos que contribuam para fazer avançar nossa compreensão acerca do tema.

Em que pesem as diferenças em relação ao diagnóstico das possibilidades atribuídas às mídias digitais, especialmente, a internet para as democracias contemporâneas, tanto os estudos considerados mais otimistas (MITCHELL, 2004; LEVY, 1999; TOFFLER, 1995) quanto os identificados como mais céticos (WOLTON, 2001; DEAN, 1997; BUCHSTEIN, 1997), em geral, desenvolvem suas perspectivas tomando como referência a noção de esfera pública trabalhada por Habermasⁱⁱⁱ. Não obstante o reconhecimento da importância e da atualidade do pensamento habermasiano frente às problemáticas sociais contemporâneas, não se pode deixar de dizer que, uma parte significativa da literatura que trata da democracia digital, acaba por cometer certa redução ao debate das relações entre internet e democracia, restringindo suas atenções à adequação ou não do uso da noção de esfera pública virtual. Subtraem, por vezes, do mapa conceitual da democracia as diferentes dinâmicas de participação e de manifestação da sociedade civil que vêm sendo colocadas em prática por meio das mídias digitais.

Neste sentido, é importante a chamada de atenção que vem sendo dada, por parte de alguns estudiosos quando sinalizam que “talvez o mérito da internet em provocar conversações autônomas e descentralizadas não esteja exatamente em fomentar o debate deliberativo em fóruns virtuais, mas, ao invés disso, em preparar os cidadãos e os atores coletivos cívicos para debates mais exigentes” (MAIA, 2008, p.121). O alerta da autora corrobora com os estudos que apontam dificuldades de percurso em identificar, nos espaços públicos virtuais, elementos que apontem para uma discussão deliberativa animada por um discurso racional-crítico livre onde prevaleça o melhor argumento, formador da opinião e vontade pública, tal como prevê o conceito de esfera pública na concepção habermasiana.

Num interessante artigo intitulado: “Que democracia Digital? Uma prospecção das iniciativas digitais no Brasil”, SAMPAIO (2011), a partir de um levantamento realizado abrangendo todas as iniciativas pertinentes de democracia digital no Brasil, conclui que: 1) os projetos de Democracia Digital ainda são poucos e não se tratam de orientações amplas do Estado, mas iniciativas de instituições ou indivíduos; logo 2) a maior parte dos projetos ainda são insipientes e não há garantias de sua manutenção; porém, 3) há iniciativas extremamente relevantes e inovadoras no Brasil e 4) é possível se afirmar que há uma evolução nos projetos de Democracia Digital, especialmente nos quesitos de transparência e informação (SAMPALIO, 2011).

Neste sentido, SAMPAIO (2011) concorda com a compreensão de GOMES (2011) no que se refere à ideia de que o conceito de democracia digital se encontra ligado às diversas utilizações da internet por cidadãos, atores da sociedade civil e da classe política formal, que podem fortalecer, incentivar ou fomentar diferentes valores democráticos em diversos níveis. Beneficiando-se dos argumentos tecidos por COLEMAN e BLUMLER, 2009 e GOMES, 2011, o autor sublinha o fato de que as

iniciativas de democracia digital por si mesmas não incrementam valores democráticos se não foram empregadas em situação específicas que permitam a geração de seus efeitos. Desta forma, mesmo considerando a importância dos projetos de democracia digital, instituídos e operacionalizados pelas instituições, faz-se necessário a devida atenção aos usuários que, pela participação, buscam interagir na agenda do governo.

Aqui, cabe sublinhar que, apesar dos indicadores de pesquisas anunciarem fragilidades no campo da democracia digital no Brasil, o fato é que o governo brasileiro tem apostado nas mídias eletrônicas como forma de fomentar e fortalecer a cidadania. Basta ver, por exemplo, o “Portal Brasil”, criado em 2007, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e que traz como slogan “o nascimento da cidadania digital”. Esse Portal dá acesso a Presidência da República, Ministério, Secretarias, Agências Reguladoras. Enfim, é uma das chaves de abertura ao “e-governo” brasileiro.

Assim, em que pese os esforços governamentais para construir a “cidadania digital” em solo brasileiro, não se pode desconsiderar que vivemos numa sociedade marcada por históricas desigualdades econômicas, sociais e culturais. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao censo do ano de 2010, o país possui 14 milhões de analfabetos, sendo que, a maior parte se encontra na zona rural da região do nordeste brasileiro, ou seja, encontra-se na população que vem sendo historicamente excluída e marginalizada.

Embora estes dados revelem uma redução de 29% em relação aos números apresentados no ano de 2000, o fato é que “o país continua pagando o preço de dois fatores conjugados. Primeiro, do descaso secular do Estado, e, segundo, de um conjunto de fatores responsáveis pela enorme desigualdade social que tem, desde sempre, marcado a sociedade brasileira” (FERRARO, 2012). Essas históricas desigualdades

vividas pela sociedade brasileira tonalizaram a cidadania no Brasil com matizes bastante singulares dando contornos relevantes (doença, desemprego, violência, fome, etc.) ao mapa da exclusão social brasileira.

A leitura de CARVALHO (2006), sobre o longo caminho percorrido pela cidadania no Brasil^{iv}, mostra que o processo de construção da cidadania no país não seguiu nem o modelo de baixo para cima – construída pelas reivindicações e lutas populares, e, tampouco se deu de cima para baixo – ”o Estado foi incorporando aos poucos os cidadãos à medida que abria o guarda-chuva de direitos”. Para o autor, ainda que no período ditatorial do Estado Novo^v tivesse havido uma incorporação em massa de cidadãos por meio da concessão de direitos sociais para parcelas da população, o processo de construção da cidadania no Brasil não segue este modelo tal como encontrado em países como a Alemanha, por exemplo.

Seguindo suas orientações, no Brasil existe uma cultura política, fabricada e fomentada pelo Estado, que lhe atribui o lugar de grande provedor da sociedade. Cabe ao Estado à distribuição de favores e de benefícios, sem que exista a mediação da representação política. “Não é um poder público garantidor dos direitos de todos, mas uma presa de grupos econômicos e cidadãos que com ele tecem uma complexa rede clientelista de distribuição particularista de bens públicos” (CARVALHO, 2006). Para designar esta situação, o autor cunha a expressão “estadania”.

Este cenário político trouxe consequências sérias para a cultura brasileira depositando uma alta valorização do poder executivo em detrimento do poder legislativo que historicamente despertam menor interesse por parte da população. É interessante notar que, no Brasil, “os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, o que cria a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo. O governo

aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se” (CARVALHO, 2006, p.87).

As problemáticas relativas aos exercícios de poder entre as instâncias formais da política aprofundam e trazem novos contornos sociais para a realidade brasileira, na medida em que, a arquitetura político-econômica-cultural e indentitária que dão sentidos a globalização - tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (MCGREW, 1992; HALL, 2001) - impõem novas e complexas relações entre o local-global-local^{vi} incidindo tanto no poder do Estado, e suas “flexibilizações”, quanto para a construção da identidade nacional e, por consequência, para a cidadania. Afinal, “as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (HALL, 2001, p.49).

Tais questões acabam por desencerrar a cidadania das três dimensões fundamentais (cívica, política e social) teorizadas por MARSHALL (1950) para inscrevê-la no solo da cultura, que passa a ser considerada como uma dimensão capaz de agregar a heterogeneidade e pluralidade das sociedades contemporâneas aos processos de formação da cidadania. Tem-se, portanto, novos desafios à construção do conceito de cidadania frente a um mundo globalizado, multicultural e, que se deseja possa vir a ser, democrático e participativo. Isto aponta para a necessidade de pensarmos numa noção de cidadania que recuse a homogeneidade enquanto ilusão construída pelo conceito de Estado-nação, sem abdicar da exigência do direito de igualdade com o reconhecimento das diferenças e da diversidade cultural (GORCZEVSKI e MARTIN, 2011, p.65). Ou, nas palavras de SOUSA SANTOS: “temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 462).

Neste contexto de ressignificação da cidadania, os projetos de democracia digital vêm sendo compreendidos como espaços que abrem o leque da participação popular, a partir de espaços configurados por novas arquiteturas nas relações de poder/saber, produzindo interações, resistências e negociações, com efeitos potencialmente democráticos.

DISCURSOS E REDES SOCIAIS – SINALIZAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise dos discursos entendida como uma teoria dos sentidos, das significações, compreende a noção de discurso como uma forma bem sucedida, ainda que provisória, de fixação de sentidos. “Precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica” (PINTO, 2005, p.80).

Por consequência, não se trata de uma análise de conteúdos cujo desafio do trabalho de análise fica por conta de descobrir os significados e suas verdades, quase sempre encobertas, distorcidas e ou dissimuladas. Opta-se aqui, por operacionalizar os discursos não apenas como “conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1986, p.56).

O discurso é materializado pela linguagem. E esta não se limita apenas a pronunciamentos oficiais, textos escritos, senão que abrange a diferentes formas de expressões e manifestações artísticas de diferentes naturezas. “A linguagem é uma prática; não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real” (ORLANDI, 1999, p. 95). Desta forma, o discurso, materializado pela linguagem, produz “efeitos de sentidos” que disputam por constituírem verdades. Sendo que a verdade é produzida historicamente no interior de discursos, “(...) é deste mundo; ela é

produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.” (FOUCAULT, 1982, p.13).

FOUCAULT (1986, p.54) ao se referir sobre a noção de discurso vai designá-lo como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar de discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Neste contexto, MAINGUENEAU (2005), vai argumentar que as formações discursivas^{vii} devem ser compreendidas sempre inscritas num determinado campo discursivo, ou seja, chama-nos a atenção para as regras que organizam a produção discursiva em cada um dos campos de saber.

Assim, embora a língua seja comum a todos os indivíduos pertencentes a uma nação, o discurso médico, por exemplo, ao contrário, é atributo de apenas alguns membros (os médicos) que se encontram autorizados a enunciá-lo em função das regras de formação das modalidades enunciativas que definem o lugar e as condições que devem preencher os seus enunciadores. Rompe-se aqui com a noção de um sujeito individual constituído pela experiência individualizada no mundo para dar lugar a um sujeito que se constitui discursivamente a partir das posições que “o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT, 1986, p. 61).

No âmbito da pesquisa realizada, os discursos constituidores da cidadania, na perspectiva da participação política, mobilizam diferentes grelhas de saber, tais como, o campo político, o jurídico, o científico entre outros. A partir da constituição do corpo discursivo^{viii}, o discurso da anticorrupção emerge como aglutinador dos demais campos de saber quando perspectivado pela noção de cidadania.

O DISCURSO DA ANTICORRUPÇÃO – ANTÍDOTOS POLÍTICOS

A proliferação de textos e de imagens sobre a corrupção na política brasileira, nas redes sociais *facebook* pesquisadas, encontra-se endereçado para a classe política em geral e constrói a visibilidade do “político”, (abrangendo tanto os políticos eleitos, quanto as instituições que os acolhem) como sujeitos e/ou instituições pouco confiáveis. A eficácia desta discursividade se traduz na produção e reprodução de uma série de enunciados que enfatizam a corrupção política como responsável pelas mazelas sociais brasileiras. O uso ilegal dos recursos, acrescidos da impunidade para os crimes políticos, circula por diferentes discursos como sendo o responsável pelo descaso político com as questões sociais brasileiras: saúde, educação, moradia, emprego, entre outros.

A recorrência discursiva ao tema da corrupção foi fomentada em função da visibilidade pública que obteve o episódio político chamado “mensalão”, vocábulo utilizado, pelo então deputado federal Roberto Jefferson, em 2005, tendo como referência a noção de mensalidade ou mesada, já que o esquema ilegal de pagamentos mensais para os congressistas, em troca de votos, gerava um *plus* salarial aos parlamentares. O episódio do mensalão, com exposição pública pelas diferentes mídias em 2005, voltou a ganhar visibilidade durante o ano de 2012, em decorrência do julgamento dos envolvidos (políticos e outras personalidades conhecidas no cenário nacional) pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Embora a tradição de corrupção na história do Brasil seja antiga o mensalão se tornou um episódio midiático com enormes proporções, pois para além do montante de recursos alocados de forma ilegal, trouxe a público personagens centrais da história de um partido político – Partido dos Trabalhadores (PT) - construído como exemplo de

ética, de seriedade política e de comprometimento com as causas sociais brasileiras. A “verdadeira” esquerda brasileira.

Este fato político produziu a disputa entre compreensões antagônicas: para uma parte dos participantes da rede social, este episódio mostrou que, quando se trata de “política”, não existem diferenciações partidárias. A política é apresentada como um campo de forças que, a um só tempo, captura os sujeitos políticos, independente de suas orientações e convicções político-partidárias, e os corrompe. Nestes discursos “os partidos políticos são todos iguais”. “Tudo farinha do mesmo saco”. Outro entendimento é significado pelos discursos que mostram que o mensalão foi mais um “espetáculo televisivo”, mais um “show pirotécnico”, produzido pela “direita conservadora” com o apoio das mídias sensacionalistas, em especial, os meios de comunicação televisivos.

Um dos efeitos produzidos em decorrência da forte visibilidade social atribuída a corrupção política foi a circulação de uma densa discursividade em torno da impunidade e das regalias jurídicas concedidas aos parlamentares. Imagens legendadas com frases de efeito político, enunciadas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, responsáveis pelo julgamento dos envolvidos no mensalão, produziram um conjunto de enunciados voltados para o fim do foro privilegiado para a classe política. “Cadeia para os corruptos e fim da reeleição para o mesmo cargo!” “Temos que mandar esse bando de ladrões para uma penitenciária agrícola... fazer esses vagabundos trabalharem para comer... o Brasil não merece ser espoliado por quadrilhas como estas... deveriam honrar o voto do povo...”.

Neste jogo discursivo, os pronunciamentos do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, passam a ocupar um significativo número de postagens entre as redes sociais pesquisadas, tendo gerado centenas de “curtidas” e

“compartilhamentos”. Afirmações como “o foro privilegiado foi uma esperteza que os políticos conceberam para se proteger, um escudo para que as acusações formuladas contra eles jamais tenham consequências. (...) O foro privilegiado é a racionalização da impunidade” (BARBOSA), foram reproduzidas incansavelmente, mostrando, em contraste com a classe política brasileira, que o Ministro Joaquim Barbosa é um homem público exemplar: honesto, destemido e disposto a atacar a corrupção. “O político que o Brasil precisa!”

A memória histórica dos episódios envolvendo corrupção no Brasil, sem ter tido grandes consequências para os envolvidos, contribuem para a produção do discurso em que a justiça brasileira aparece como pouco confiável, especialmente, quando se trata de crimes políticos. “(...) nós vivemos num país sem justiça porque o crime de colarinho branco não é punido mesmo”. “(...) se não correremos atrás do prejuízo não haverá condenação e eles ainda vão rir na nossa cara”. “Mais uma vez, vai dar pizza”. *Posts* trazendo imagens de políticos brasileiros, conhecidos da população por envolvimento em escândalos de desvios de recursos públicos, circularam em várias das redes sociais pesquisadas.

A ideia de que a corrupção faz parte da política e atravessa partidos identificados como de “direita”, de “esquerda” e de “centro” foi materializada por uma linguagem irônica e, por vezes, depreciativa. Imagens mostrando políticos, de diferentes partidos, em supostas reuniões de confraternização foram legendadas pelos enunciadores das redes sociais: “Eles podem formar o PCS = Partido dos politiqueiros Cabra Safados”. “Formação de quadrilha... (é tempo de São João)”.” Temos que exigir uma reforma judiciária já às leis são muito brandas e por causa disto a corrupção só cresce ninguém fica efetivamente PRESO ou é punido... Justiça já. Justiça de verdade... Chega de hipocrisia.” (grifados por letras em maiúsculo no original).

A compreensão de que não basta “reclamar” e/ou participar, apenas por meio da internet, circula e é distribuída tanto pelas mensagens divulgadas pelos administradores das redes sociais: “Impunidade + Seu Comodismo + Seu Voto Errado = Corrupção” quanto, pelos comentários feitos pelas redes de assinantes e de amigos: “em frases tudo é muito bonito, legal e interessante. Mas o brasileiro só tá preocupado com a garapa!”. “Futebol e cerveja, só o que o povão quer! Estão mais preocupados se seus times ganham campeonatos e se seus estádios ficarão prontos, mas se precisam de hospital cadê?”

Neste sentido, na mesma operação discursiva em que os políticos são construídos como corruptos, desonestos, interesseiros e espertos, o povo brasileiro aparece como acomodado, descomprometido, apático politicamente. O entendimento de que o antídoto para a situação política brasileira mude passa por novas posturas políticas do povo brasileiro, ocupa um grande número de postagens e adquire um tom de conclamação para a participação coletiva para além dos espaços virtuais: “Já passou da hora do povo brasileiro reagir a essa corrupção vergonhosa do nosso país. É necessária uma mobilização nacional de todas as categorias. De jovens estudantes a donas de casa, passando pelo porteiro do prédio, médicos, advogados, professores, motoristas, policiais, todos, sem exceção precisam correr já para as ruas fazer painéis, fazer batucadas, usar apitos. Todos sem exceção. É hora de mobilizar o país de norte a sul”.

Embora, no corpo discursivo da pesquisa não tenha sido encontrado marcas discursivas que pudessem ser identificadas como negociações coletivas com caráter deliberativo, importa dizer que, por força da mobilização popular foi criada a Lei Complementar 135/2010, Lei da Ficha Limpa, a partir de um projeto que contou com um abaixo-assinado reunindo mais de um milhão de assinaturas. A referida Lei passa a

entrar em vigor nas eleições municipais do ano de 2012, pela retomada das manifestações populares a favor da anticorrupção política no Brasil.

A campanha pelo Voto Ficha Limpa - voto em candidatos a cargos políticos sem problemas na Justiça - lançada em abril de 2008 - contou, no ano de 2012, com ampla divulgação nas redes sociais como uma forma de conscientizar o eleitorado do valor da escolha de representantes políticos íntegros para o combate a corrupção. “Não é a política que faz o candidato virar ladrão. É o seu voto que faz o ladrão virar político”. A campanha oficial pelo Voto Ficha Limpa, centrou seu discurso na importância do voto (limpo) como forma de exercer a cidadania e, contribuir, por meio da escolha de representantes (idôneos), para a construção de uma sociedade mais democrática e justa. Por sua vez, os discursos pesquisados apontam outros significados para o exercício da cidadania os quais não remetem ao “voto obrigatório” e, por consequência, a eleição de representantes políticos como expressões mais relevantes. Basta ver o resultado da enquete popular, aberta pela rede social “e-cidadania” – blog e facebook – criada e administrada pelo Senado Federal, onde o tema: “Fim do voto obrigatório”, foi o assunto mais votado entre os internautas. A enquete, aberta a participação pública durante 60 dias (23/05/2012 a 22/07/2012), registrou um total de 7757 votos no período.

Os discursos a favor do fim do voto obrigatório se correlacionam com a histórica prática da “compra de votos”, por parte dos políticos, em troca não apenas de dinheiro, mas de favores pessoais e promessas de melhores condições para as comunidades. Entendido como “voto a cabresto”, o voto com caráter obrigatório é significado pelos discursos como uma estratégia política a favor da corrupção, na medida em que tornam eleitores pessoas desinformadas, de baixa escolaridade e, por consequência, de fácil manipulação política.

Esta discursividade se correlaciona com os discursos que reivindicam o direito a educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Neste contexto, imagens veiculando as mazelas da educação brasileira atreladas ao exercício da cidadania pelo “direito” do voto (obrigatório) dão visibilidade a uma imagem de Estado que não investe o suficiente na educação como forma de manter a alienação política. Compõem este feixe discurso as reivindicações manifestadas em torno dos direitos sociais, assegurados constitucionalmente pela Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1998), e que remetem ao direito da acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, a educação de qualidade em todos os níveis de ensino, o meio ambiente, entre outros.

LINHAS DE FUGAS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fechar o texto, inicialmente, é preciso dizer que a pesquisa realizada constituiu seu corpo discursivo a partir de um recorte limitado pela opção em priorizar apenas uma das redes sociais disponíveis na internet, no caso, o facebook. Para, além disto, tem-se consciência de que negociações, conflitos e entendimentos, na perspectiva da democracia digital, podem ocorrer, em frações de segundos, em todos os ambientes em que haja espaços para interações entre os sujeitos que participam das redes sociais.

Dos discursos pesquisados, pode-se dizer que, embora não remetam a práticas sociais com interferências diretas nas agendas do governo, são inegáveis suas contribuições para o fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil, com potencialidades, de ressignificações. Trata-se de um solo discursivo onde são compartilhadas formas de expressão que se aproximam do entendimento descrito por SOUSA SANTOS (2003, p 755) sobre as experiências de conhecimento. “Trata-se de conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento” com capacidade

de expandir as experiências sociais de forma compartilhada entre comunidades que possuem interesses em comum.

Recorrendo, uma vez mais, a HALL (2006, p.50), entende-se que “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações”. No caso brasileiro, o discurso produzido sobre a cultura nacional vem construindo, numa mesma operação, a arena política como um campo minado pela corrupção e os brasileiros como sujeitos que se submetem as práticas e ritos políticos pela acomodação.

No entanto, o movimento de recusa aos significados historicamente produzidos para qualificar as práticas de cidadania no Brasil, vem, ainda que a passos lentos, provocando deslocamentos nos posicionamentos que os brasileiros ocupam na esfera pública, digital ou não. A imagem do brasileiro alienado que não gosta de política e só pensa em carnaval e em futebol, ainda que produza efeitos identitários, produz resistências materializadas numa série de enunciados que dão visibilidade para outras formas de exercícios de cidadania, como por exemplo, o engajamento em políticas de meio-ambiente; a participação na luta por uma educação de qualidade para todos; a reivindicação de orçamentos participativos, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, D. (2011). *A relação problemática e contingente entre representação e legitimidade democrática*. In: ANPOCS.

BOHMAN, J. (1996). *Public deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. London: MIT.

BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização do texto, notas remissivas e índices de Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. (2010). *Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp135.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

BUCHSTEIN, H.(1997). *Bytes that bite: the internet and deliberative democracy*. Constellations, v.4, n. 2, p. 248-263.

CARVALHO, J. (2006). *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTELLS, M. (2008). *A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1*. São Paulo: Paz & Terra.

CASTIGLIONE, D.; WARREN, M. (2006). “Rethinking democratic representation: eight theoretical issues”. In: *Rethinking democratic representation workshop*. 2006, Columbia. Columbia, University of British Columbia.

COLEMAN, S.; BRUMLER, J. (2009). *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

DEAN, J. (1997). *Virtually citizens*. Constellations, v. 4, n. 2, p. 264-282.

FERRARO, A. Analfabetismo no Brasil evidencia desigualdades sociais históricas. Entrevista concedida a *Revista eletrônica de jornalismo científico. Com Ciência*, em 10/02/12. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=74&id=923>. Acesso em 28 de julho de 2012.

FOUCAULT, M. (1986). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

FOUCAULT, M.(1982). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

FUGINI M. G., MAGGIOLINI, P., PAGAMICI, B.(2005). “Por que é difícil fazer o verdadeiro governo eletrônico”. In: *Revista Produção*, v. 15, nº 3.

Gomes, W. (2010). “Democracia digital: Que democracia?”. In: MIGUEL, L; BIROLI, F. (Org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, pp. 241-259.

GOMES, W. (2008). “Internet e participação política”. In: GOMES, W.; MAIA, R.C.M. *Comunicação e Democracia: Problemas e perspectivas*. São Paulo: Papyrus, pp. 293-324.

GOMES, W.(2011). “Participação política online: questões e hipóteses de trabalho”. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W; MARQUES, F. P.J.A. (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, pp. 19-46.

GORCZEVSK, C; MARTIN, N. (2001). A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/pt/editora/e-books/335/a-necessaria-revisao-do-conceito-de-cidadania-movimentos-sociais-e-novos-protagonistas-na-esfera-publica-democratica.html>. Acesso 24 de maio de 2012.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. (2004). *Why deliberative democracy?* Princeton, NJ: Princeton University.

HABERMAS, J.(2003a) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro..

HABERMAS, J. (2003b). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HALL, S. (2001). A identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

JAMBEIRO, O.; ANDRADE, R. S. ; SOBREIRA, R. ; RABELO, P. (2008). “Políticas de Informação e Comunicação, Participação Social e Controle da Gestão Pública, em Web Sites Municipais”. *Verso e Reverso* (São Leopoldo), v. XXII.

- LÉVY, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: 34.
- MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F.(2011). *Participação política e internet no Brasil*. Porto Alegre: Sulina.
- MAINGUENEAU, D. (2005). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.
- MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. (2007) “Internet e Parlamento: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online”. *E-Compós*. Vol. 9, pp.76-84.
- McGrew, A.G.(1992). “A Global Society?” in Hall, S., Held, D. and McGrew,T. (eds). *Modernity and its Futures*. Polity Press.
- MITCHELL, W; GOMES, J. (2008). “Investigando portais do governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia”. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 42(3):471-93, Maio/Jun.
- ORLANDI, E. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- PHILLIPS, A. (1995). *The politics of presence*. Oxford University.
- PINTO, C. *Elementos para uma análise de discurso político*. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>. Acesso em: 24 de setembro de 2010.
- POLLAK, J. (2007). “Contested Meanings of Representation”. In: *Comparative European Politics*. apr. v. 5, n.1, pp. 87-103.
- ROTHBERG, D. (2008). “Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica”. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, pp.149-172.
- SAMPAIO, R.C. (2011). “Quão deliberativas são as discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online”. In: MAIA, R. ; GOMES, W.; MARQUES, F. *Participação política e internet no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, pp. 197-230.

SANTOS, Boaventura, S. (2006). *A gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez. Editora.

SANTOS, Boaventura, S. (2003). “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: SANTOS, Boaventura, S. (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘um discurso sobre as Ciências’ revisitado*. Porto: Afrontamento. pp 735-775.

SAWARD, M. (2005). “Governance and the transformation of political representation”. In: NEWMAN, J, (Ed.). *Remaking governance: people, politics and the public sphere*. pp. 179-196.

SILVA, H. P.; BORGES, J.; RIBEIRO, A. P.; SAMPAIO, E. “Informação de Governo Eletrônico em práticas de inclusão digital”. In: JAMBEIRO, O.; SILVA, H. P.; BORGES, J.(Org.). (2009). *Cidades contemporâneas e políticas de informação e comunicações*. 1 ed. salvador: Edufba, v. 1, pp. 173-190.

SMITH, G. (2009) *Democratic innovations: Designing institutions for citizen participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

STRICKLAND, J. *HowStuffWorks - Como funciona o Google*. Publicado em 20 de dezembro de 2006 (atualizado em 14 de julho de 2008) <http://informatica.hsw.uol.com.br/google3.htm> . Acesso em: 26 de novembro de 2012.

TOFFLER, A. (1995). *A terceira onda*. São Paulo: Record.

VAZ, J. (2008). A Evolução da Oferta de Serviços e Informações ao Cidadão pelos Portais municipais Brasileiros: entre a inovação e a oferta básica. *IP. Informática Pública*, v. 2, pp. 65-78.

.WILLIAMS, M.(1998). *Voice, Trust, and Memory: marginalized groups and the failings of liberal representation*. Princeton: Princeton University.

WOLTON, D. (2001). *Internet, e depois?* Porto Alegre: Sulina.

YOUNG, I. (2006). “Representação política, identidades e minorias”. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 67, p. 139-190.

ⁱ Entre as redes sociais disponíveis na “internet”, a escolha pelo “facebook” como lócus de pesquisa se deu muito especialmente por se tratar de um sitio que oferece uma estrutura aberta favorecendo aos usuários a participação em grupos de interesses comuns. O website do facebook é gratuito para os usuários. Sua receita é gerada pela publicidade, banners, destaques patrocinados, entre outros. Usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. A visualização de dados detalhados dos membros é restrita para membros de uma mesma rede ou amigos confirmados (Cf. WIKIPÉDIA). As postagens (escritas, imagéticas e sonoras) oferecem, basicamente, três possibilidades de interação/ação: uma delas é ação de “curtir”, simbolizado pelo dedo polegar acenando para cima e representando a ideia de aprovação e positividade mundialmente conhecida. Outra possibilidade é a de fazer comentários sobre o que foi postado interagindo desta forma com o tema e com os demais “amigos” da rede. Por fim, existe a opção de “compartilhar”, que permite ampliar, por meio da reprodução, o leque de visualização, manifestações e comentários relativos à postagem compartilhada ampliando, desta forma, a divulgação do conteúdo para outras redes de pessoas.

ⁱⁱ As seguintes redes sociais fizeram parte do corpus da pesquisa:

E- cidadania: <https://www.facebook.com/eCidadaniaSF>;

Programas polos de cidadania: <https://www.facebook.com/pages/Programa-P%C3%B3los-de-Cidadania/245481462135541>

Acorda Cidadão! Movimento de Cidadania e Politização:

<https://www.facebook.com/Acorda.Cidadao.Oficial>

Movimento cidadania: <https://www.facebook.com/movimento.cidadania>

Usina de cidadania: <https://www.facebook.com/pages/Usina-de-Cidadania/152528368107893>

Cidadania – copa: <https://www.facebook.com/cidadaniabrasileira>

Acessibilidade e Cidadania: <https://www.facebook.com/pages/Acessibilidade-e-Cidadania/194723003887609>

Megafone cidadania na comunicação: <https://www.facebook.com/redemegafone>

Ação de cidadania: <https://www.facebook.com/acaodacidadania>

Instituto crescer para a cidadania: <https://www.facebook.com/institutocrescerpag/info>

ⁱⁱⁱ De forma rápida e esquemática pode-se dizer que o conceito de esfera pública trabalhado por Habermas tem como marco inicial a obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, escrita em 1961. Habermas, nesta obra, problematiza a constituição de uma esfera pública burguesa – caracterizando a burguesia fundamentalmente como o público que lê. Acresce-se a isto, o surgimento da imprensa e de outros fatores favoráveis para a formação de uma esfera na qual os sujeitos possam construir e expressar opinião (opinião pública) sobre assuntos de interesse comum. Tendo a capacidade de racionalização pública como princípio estruturante que qualquer pessoa possui, os membros da esfera pública encontravam-se ligados por duas características fundamentais de igualdade: eram proprietários e seres humanos (HABERMAS, 2003, p. 74). Habermas pressupõe a participação de todos como condição fundante da esfera pública. No entanto, pelo contingenciamento histórico sofrido pela categoria, o “todos”, remete ao burguês do século XVIII: proprietário e leitor. “As qualificações de um homem privado com acesso à esfera pública: propriedade e formação educacional” (HABERMAS, 2003a, p. 107). Em trabalhos posteriores, Habermas vai falar em espaço ou esfera pública, chamando a atenção para o fato de que é preciso não confundi-la com alguma instituição, organização ou qualquer estrutura normativa. “A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas” (HABERMAS, 2003b, p.92). Na acepção habermasiana, a esfera pública teria como uma das funções filtrar e sintetizar as diferentes opiniões emitidas de modo a trabalhar com opiniões que de fato representassem os discursos existentes na sociedade. Outra função seria a de ampliar os temas. Esta função se torna particularmente importante, na medida em que, é pela ampliação do tema que diferentes públicos podem ser atingidos, bem como, pode influenciar o sistema político formal.

^{iv} Beneficia-se aqui de dados extraídos da pesquisa realizada por José Murilo de Carvalho, publicadas no livro intitulado: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, embora o conceito de cidadania trabalhado nesta obra privilegie a perspectiva clássica da cidadania como titularidade de direitos (visão liberal).

^v O chamado “Estado Novo” (1937 – 1945) remete a um período de governo ditatorial no Brasil, que teve seu início com um Golpe de Estado comandado por Getúlio Vargas. Vargas tornou-se Presidente da República, com o apoio popular e das forças armadas, frente à instabilidade política vivida pelo país à época, acrescido do temor popular de que os comunistas assumissem o poder. Após o golpe, o Presidente fechou o Congresso Nacional e impôs uma nova Constituição com características antidemocráticas. Vargas, ao mesmo tempo em que criou diferentes dispositivos voltados a censura aos meios de comunicação, sindicatos e demais manifestações políticas por parte da população, Vargas “concedeu” direitos trabalhistas por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (carteira de trabalho, salário mínimo, descanso semanal remunerado, jornada de trabalho de oito horas e regulamentação do trabalho feminino de menores de idade). Com o término da 2ª Guerra Mundial (1945) e a derrota das nações fascistas, dá-se início a movimentos populares de contestações públicas ao regime ditatorial. Diante da pressão popular, Getúlio Vargas é deposto do poder.

^{vi} Sobre as relações entre local-global e global-local no âmbito da globalização, Boaventura de Sousa Santos (2002: 179) distingue duas formas de globalização: “O primeiro que eu chamaria de localismo globalizado, implica o processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso [...] A segunda forma de globalização chamo globalismo localizado, envolve o impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, que são assim reestruturado a fim de responder a esses imperativos transnacionais.

^{vii} FOUCAULT (1997, p. 35) define formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou linguística dada as condições do exercício da função enunciativa”.

^{viii} Utiliza-se a noção de corpo discursivo, tal como concebida por PÊCHEUX: “um conjunto de sequências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa (PÊCHEUX, 1990, p. 163). O corpo discursivo da pesquisa foi composto pelos discursos que circulam nas redes sociais do facebook, inicialmente, selecionados a partir do buscador Google, através do uso conjugado de duas palavras-chave: “facebook” e “cidadania”. Estas expressões foram utilizadas entre aspas como uma forma de filtrar as informações, na medida em que se trata de dois vocábulos que remetem a um extenso universo de informações. Das entradas apresentadas pelo Google, foram analisadas, para este trabalho, as primeiras 50 entradas e delas foram selecionadas 10 websites. Os demais foram excluídos por apresentarem: a) páginas repetidas; b) ausência ou baixo índice de interações; e, c) temas distantes dos objetivos propostos pela pesquisa. Foi realizado um levantamento de todas as postagens e de seus respectivos comentários, ocorridos no percurso do ano de 2012. Os conteúdos constituintes do corpus desta pesquisa agregaram páginas de diversas naturezas: governamentais, pessoais, institucionais, entre outros.